

## ANÁLISE DISCURSIVA DE UM CONFRONTO POLÍTICO-EDUCACIONAL ENTRE AGRICULTORES E O APARATO TÉCNICO-JURÍDICO DE ESTADO

Manoel Mathias FERREIRA\*  
Sandro BRAGA\*\*

*ABSTRACT: This paper is a discursive analysis of a text the students the "Earth and Water Project, Citizenship and Education in Jaguaruna - SC", the Municipal Department of Education. The project aims at the fundamental level of formal education for young and adult farmers of that county. The text is considered a production conference organized and typed by the teacher group. It was generated from other texts written by students after a lecture-meeting happened on 3/11/2009, with technical authorities, legal and policy of the municipality. Relates to the parsed text to notes of the researcher in the class-meeting. In this paper, we argue that there is in the context and the text was examined, one representing the action of the state apparatus for the "power control" and to submit a subordinate individuals. In class-meeting, there was a confrontation between political and discursive family farmers with their traditional way of producing and consuming food, confronted with the technical-scientific apparatus of the capitalist state, defending its reproduction. It is argued that the "collective text" functions as a "political manifesto" advocating a category of workers excluded from dominant discourses. The analysis is based on the conception of Foucault (1996/2002/2009), articulating elements of discourse analysis of the French line.*

*KEYWORDS: text, context, discourse, confrontation.*

### 1. Introdução

Este trabalho é uma análise discursiva de um texto dos alunos do “Projeto Terra e Água- Cidadania e Educação”, da Secretaria Municipal de Educação de Jaguaruna - SC. O referido projeto tem como proposta oferecer o ensino fundamental formal para agricultores excluídos do processo educativo. Propõe uma educação voltada para a realidade agrícola, com o objetivo de “estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a agricultura familiar e a pesca artesanal e, suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos.” (Plano de ensino, módulo 01, 2009).

A análise proposta baseia-se num texto gerado a partir de uma “Aula-reunião” com autoridades políticas, jurídicas e técnicas do município. O texto analisado é uma produção “coletiva”, elaborado a partir de produções anteriores dos alunos. Relaciona-se o texto citado às anotações do pesquisador durante a “aula-reunião”. Os participantes da referida aula além da professora, dos alunos e do pesquisador, foram: o Promotor de Justiça, o Vice-Prefeito municipal, o secretário municipal da Agricultura, uma engenheira veterinária da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina- CIDASC e um técnico da Secretaria Municipal da Agricultura.

O tema da “Aula-reunião” foi o “Projeto Saúde Animal” desenvolvido pela CIDASC, empresa responsável pelo controle da sanidade animal do Estado de Santa Catarina. A referida aula aconteceu no dia 3/11/2009. Essa aula foi proposta pelos alunos, já que a CIDASC e a Promotoria da comarca de Jaguaruna estavam realizando reuniões nas comunidades.

---

\* Mestrando Ciências da Linguagem; Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

\*\* Prof. Doutor; Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

A principal “polêmica” da reunião girou em torno de um procedimento técnico chamado “Guia de Transferência Animal- GTA”, do Ministério da Agricultura, expedido pela CIDASC. Esse procedimento técnico faz parte do programa do Ministério sobre o rastreamento de animais de corte, uma exigência do mercado capitalista internacional. Ele é regido pelo Decreto nº 5.741, de 30 março de 2006. Para garantir o rastreamento, os animais são registrados na CIDASC e marcados com um “brinco”<sup>1</sup> no qual vai um número de controle do animal registrado em nome do produtor.

A “queixa” dos agricultores foi a dificuldade de transportar animais de corte entre as propriedades, já que, para transferir esses animais acima de um quilômetro de distância do estabelecimento rural, exige-se a guia (GTA). Os agricultores argumentaram que pequenos poteiros alugados ou emprestados por vizinhos, uma prática antiga no município, tornam-se inviáveis.

Neste texto defende-se que há, no contexto e no texto analisado, uma ação do aparato de Estado para o “controle do poder”, e para a submissão dos indivíduos. Ao “marcar o gado”, o Estado demarca seu espaço de poder, controlando os “corpos pertencentes a sua esfera de controle”. Na aula-reunião, houve uma disputa discursiva entre os agricultores familiares e sua forma tradicional de produzir e consumir alimentos, confrontando com o aparato técnico-científico do Estado capitalista defendendo sua reprodução. Argumenta-se que o “Texto coletivo” funciona como um manifesto político, defendendo uma categoria de trabalhadores excluídos dos discursos dominantes.

A análise fundamenta-se na concepção de Foucault (1996/2002/2009), articulando elementos da análise de discurso de linha francesa.

## 2. Fundamentação teórica

O “Projeto Terra e Água- Cidadania e Educação em Jaguaruna”, com os seus objetivos explícitos e implícitos, tem como finalidade inserir o discurso de uma categoria social historicamente excluída na “ordem do discurso” de uma sociedade “dita democrática”. Com o foco pautado no interesse do agricultor familiar, esse curso busca inserir discursivamente um grupo social que luta para colocar seu dizer na ordem dominante no discurso do poder.

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1996, pg. 43 - 44)

Ao mesmo tempo em que insere seu discurso na ordem institucional da escola, os agricultores se apropriam do discurso dominante no saber-poder escolar, que é o discurso científico. Nessa luta discursiva, o discurso tradicional dos agricultores e o discurso “moderno” da ciência confrontam-se numa luta essencialmente discursiva para a transformação ou manutenção do poder. “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, p. 1996, 10).

O discurso da agricultura tradicional, na ordem atual, é taxado de atrasado, arcaico, superado. Já o discurso da ciência e da tecnologia é incorporado pelo Estado e defendido

---

<sup>1</sup> A princípio, são “brincados” os animais bovinos, suínos e bubalinos.

como uma ordem “natural”, no qual os discursos ditos não-científicos são censurados. A “vontade de verdade” se personaliza no discurso científico, apropriado e difundido pelo Estado.

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contra partida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-lo em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura [...] (FOUCAULT, 1996, p. 19-20).

Os discursos dos variados aparelhos de Estado estão “embasados” no discurso científico. Ciência e Estado contemporâneos estão imbricado num mesmo discurso de poder. “O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Mas ele se encontra então recomposto com elementos tão fortes, que se torna quase mais temível.” (FOUCAULT, 2009, p. 87). Punem-se como não-verdade os discursos tradicionais, da mesma maneira como se punem com a lei as práticas tradicionais contra o interesse do Estado capitalista “travestido” de sociedade.

Neste estudo, o saber “técnico-jurídico” do Estado impõe-se discursivamente sua forma de controle. Nesse sentido, articula-se a concepção foucaultiana do poder de controle dos aparelhos de repressão com as concepções de análise discursiva de linha francesa, na perspectiva de Eni P. Orlandi, especificamente.

O Estado impõe suas normas com seus métodos de “vigiar e punir” (FOUCAULT, 2009), ao mesmo tempo em que, na luta pelo empoderamento discursivo dos agricultores familiares se utilizam formas discursivas tradicionais mescladas com elementos de “modernidade”. O embate político-discursivo se dá numa cena em que agricultores e técnicos de Estado se confrontam num jogo conflitante pelo apoderamento discursivo.

A concepção discursiva de linguagem abrange a complexidade do processo linguístico. A linguagem, na perspectiva discursiva, exerce uma ação relacionada à vida e a natureza do homem. É um processo de determinação/constituição histórico-cultural que se realiza na ação mesma da linguagem. “Na perspectiva da análise do discurso [...] tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc”, (ORLANDI, 1996, p. 17).

Segundo Orlandi (1996) a análise do discurso tem como objeto teórico o discurso e como objeto empírico o texto. Entendendo a linguagem como parte constituinte do homem, a análise discursiva de linha francesa procura conhecer não o produto da linguagem, mas o próprio fenômeno linguístico. Segundo Orlandi,

[...] para a análise de discurso, um objeto-linguagem [difere] daquele instaurado pela linguística tradicional, porque procura tratar dos processos de constituição do fenômeno linguístico e não meramente seu produto. Esse é o recorte teórico (básico) para a análise do discurso (ORLANDI, 1996, p. 17).

Para Orlandi (1996), “o discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção.” (p. 55). Nesse sentido, passamos analisar o texto como forma de compreender o processo discursivo.

### 3. Análise de texto dos alunos do “Projeto terra e água”

1

#### PROJETO SAÚDE ANIMAL

Durante a visita do Promotor André Texeira da Comarca de Jaguaruna e a veterinária da CIDASC Renata na nossa turma. Conversando sobre o *Projeto saúde Animal*, que teve objetivo de conscientizar os pequenos agricultores da importância da saúde animal e bem estar da população.

A turma questionou sobre a Guia de Transferência do Animal (GTA), a dificuldade de transferência do animal de uma propriedade para outra sendo o mesmo proprietário. O grupo acredita que sendo do mesmo proprietário na transferência de pasto não haveria necessidade do G.T.A. dentro do município.

Os alunos ressaltaram também que, é importante e necessário no seu rebanho seja realizados exames de tuberculose e brucelose, para a sua segurança. Porém, os pecuaristas acham que teria que ter incentivo do estado e do município, como por exemplo: exames gratuitos para a agricultura familiar com até 50 cabeças de gado.

→ Lembrando que, o atendimento da CIDASC em Jaguaruna poderia ser melhor, pois deveriam ter mais atenção com os agricultores e respeito principalmente com os idosos.

Os agricultores encontram muita dificuldade para viver na sua propriedade, pois há muita cobrança e exigências dos órgãos fiscalizadores.

→ “Queremos ser valorizados...”

Turma de Agricultores do Projeto Terra e Água em Jaguaruna.

Esse texto é uma síntese coletiva dos textos produzidos pelos alunos do “Projeto terra e água”, a partir de uma “aula-reunião” com técnicos e políticos do município de Jaguaruna. Ele foi sistematizado e digitado pela professora. Ele procura condensar o que os alunos expuseram nos textos feitos em equipe, a partir do acontecimento “aula-reunião”. No entanto, ele produz um deslizamento de sentido em relação aos textos que serviram de base. Muito do que foi dito nos textos dos alunos não foi dito no texto da professora, assim como outros ditos aparecem aqui e não aparecem nos textos dos alunos. O locutor aqui assume uma função de relator-narrador do evento enunciativo ocorrido.

À primeira “vista” esse texto é quase um apagamento do confronto observado na reunião. Na “transposição” para a língua escrita, os enunciados falados anteriormente transformaram-se em uma materialidade discursiva distinta. Disso questionamos como ocorreu a “seleção” para a produção desse texto, gerando os apagamentos e inclusões de outros dizeres?

Na escritura do texto coletivo, as falas da reunião e dos textos anteriores sofreram uma transformação. Muitas *falas* não aparecem. O *que pode ser* dito na língua oral, muitas vezes não pode na língua escrita. O controle sobre a escrita é mais imperativo. O sujeito-escritor sofre maior pressão social em enunciar na linguagem escrita. Segundo Orlandi (1996), no processo da escrita exige-se coerência no discurso; respeito aos padrões, “tanto quanto a forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, ‘unidade’, ‘não contradição’, ‘progressão’ e ‘duração do seu discurso’” (1996, p.78).

Para a autora, as exigências para com o autor de um texto escrito têm uma orientação: “procuram tornar o sujeito visível. [...] um sujeito visível é calculável, controlável, em uma

palavra, identificável. [...] É, entre outras coisas, nesse ‘jogo’ que o aluno entra quando começa escrever” (ORLANDI, 1996, p.78).

Na visão foucaultiana, entretanto, acrescentemos que essa postura pode representar a expressão do controle coercitivo exercido pelos instrumentos de poder de Estado.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, pg. 9).

Observamos que durante a reunião houve um debate acirrado por posições contrárias. Disso decorre o nosso primeiro questionamento. Por que o termo debate não apareceu no texto coletivo? Que força atua “apagando” a memória discursiva da aula-reunião? Por fim o apagamento das marcas linguísticas, seria uma estratégia de amenizar o confronto?

Aos olhos da AD, considerando a opacidade do texto, porém, poderemos reconstituir, pelo menos através de sua historicidade de produção, a disputa ocorrida. Analisando as marcas deixadas no texto e olhando o entorno histórico do acontecimento discursivo podemos compreender a disputa discursiva.

É importante recordar que esse texto foi sistematizado e digitado pela professora. Se considerarmos sua perspectiva, (locutor-I, pessoa no mundo) observa-se sua marca como uma voz de distanciamento da “turma”, nas expressões: os agricultores, os pecuaristas, a turma, os alunos. O uso da terceira pessoa verbal como: questionou, acredita ressaltaram, encontram, atesta esse distanciamento. O que “transparece” é um locutor-enunciador que se distancia da cena enunciativa (MAINGUENEAU, 2008) e se localiza em alguém fora do diálogo, não sendo encontrada nenhuma pessoa concreta aí. O locutor apenas relata um acontecimento. Os sujeitos discursivos que questionam, ressaltam, acreditam etc. estão distanciados do locutor-enunciador.

Porém, essa estratégia enunciativa de terceira pessoa, pode ser considerada como marca da impessoalidade discursiva, que não remonta à voz da professora, mas à do grupo. Esses ele- eles (agricultores, os pecuaristas, a turma, os alunos, o grupo) remontam uma voz “coesa” da “organização”: o grupo de alunos agricultores, que parece não participar da cena diretamente, mas enuncia discursivamente. Nesse caso, penso que esse texto funciona como um “manifesto discursivo”, característico do manifesto político. Nesse sentido, a última frase é emblemática: “Queremos ser valorizados...”.

O uso da terceira pessoa, nessa perspectiva, é uma estratégia enunciativa de “fortalecimento” e coesão do grupo, na qual não transparece uma pessoa particular, um eu pessoa-no-mundo solitário, mas uma organização tipo um partido, um sindicato, ou seja, uma organização política reivindicando um espaço na sociedade, nós: “Queremos ser valorizados...”.

Por outro lado, essa última expressão entre aspas [“] funciona como uma retomada das vozes de outros. A professora aqui usa o discurso direto dos enunciadores. Essa expressão pode funcionar de duas maneiras. No primeiro sentido ela pode significar que os agricultores dizem: nós agricultores “queremos ser valorizados”... E ao mesmo tempo pode estar incluindo também a professora como locutor-enunciador. Se for considerada a voz da professora, ela se inclui no grupo ao enunciar: “Queremos ser valorizados...”. O locutor pode ter tomado a voz do grupo como “agricultores” e enunciar em nome dele. Ou pode ter tomado a voz do grupo como “alunos” e também enunciar em nome deles. Nesse último caso, a inclusão da pessoa no mundo professora se torna mais “acessível”, já que ela é professora do grupo. Nesse sentido, esse nós representa toda classe do curso, que inclui a pessoa-indivíduo professora, se tornando

sujeito desse dizer: “Queremos ser valorizados...” Mostrando que o sujeito discursivo está dividido. Essa posição de sujeito da enunciação dividido tem a ver com a posição de sujeito concreto no mundo: a professora não é agricultora, mas dá aulas para um grupo de agricultores, buscando seu fortalecimento. Nesse caso ela fala em nome do grupo de alunos e significaria: nós classe desse projeto educativo “queremos ser valorizados”... O sujeito enunciador está dividido, fala em nome dos “outros” e de si mesmo. Com a introdução das aspas, tem-se a sinalização da entrada do discurso direto, ou seja, a professora dá voz aos agricultores/alunos, são eles que dizem “queremos ser valorizados”. Esse dizer aponta para um não dito. “Nós agricultores não estamos sendo valorizados”. Assim, a explicitação da fala no discurso direto imprime no dizer do aluno/agricultor aquilo para a “aula-reunião” foi organizada. Dito de outro modo, o Estado veio ao encontro como um objetivo (conscientizar para uma mudança de hábito dos agricultores), mas estes também estão ali fazendo suas reivindicações. Mas, ao mesmo tempo, empiricamente os alunos não se expressaram coletivamente (em coro) “Queremos ser valorizados...”. Essa expressão é imaginada pelo locutor-enunciador, que supostamente enuncia em nome da coletividade. É importante observar que essa expressão não se encontra nos textos dos alunos. Ela vem de “outro lugar”.

Como foi pensado acima, a divisão do sujeito está no nível psicológico de forma que o sujeito e indivíduo se confundem. Na concepção discursiva, entretanto, o sujeito discursivo está dividido na maneira como usa a língua. Nesse caso, a professora quanto pessoa no mundo não aparece. Aparecem os sujeitos que “debatem” em posições diferentes. A vozes que aparecem linguisticamente no texto são vozes que pretendem “conscientizar” (FDx) e vozes que resistem à conscientização com a “reclamação” (FDy). Vozes que demarcam um campo político-discursivo em debate.

No uso das aspas na última expressão indica-nos que o sentido não é exatamente só “aquele”: nós (eu, tu, eles) queremos (almejamos, pretendemos, buscamos, desejamos, esperamos, aspiramos etc.) ser valorizados (apreciados estimados, aumentados etc.). As possíveis paráfrases transformam os enunciados. Ao mesmo tempo em que representam o mesmo, expressam outros dizeres possíveis. As aspas estão fixadas em todo enunciado. Em todo enunciado o sentido se “expande” para fora das palavras postas. Se as aspas fossem colocadas em cada termo separadamente, por exemplo, (“queremos” “ser” “valorizados” etc.), o sentido seria outro, assim como se fossem colocadas aspas em apenas um dos termos, “queremos”, por exemplo. Os sentidos são “escorregadios”, não se tem o pleno controle deles.

Já as reticências [...] expandem os sentidos para além dos sentidos estabilizados (ORLANDI, 2001). O sentido está fora do significado “cru” das palavras. As reticências “querem” dizer mais do que as palavras podem dizer, ou que falta dizer alguma coisa, ou poder-se-ia dizer mais do que foi dito. O não-dito está falando depois das palavras pelas reticências (ORLANDI, 2001). Sempre se tem a necessidade de dizer mais, as palavras nunca bastam. O texto recorta a “ordem do discurso”. O texto tem a necessidade de completude, mas o discurso é sempre incompleto. Remonta outros dizeres possíveis. Outras memórias.

Importante observar que no texto coletivo em vez da palavra debate predominou a conversa. Alguns alunos usam debate, outros, conversa, outros as duas e a professora “optou” pela última<sup>2</sup>. Essa palavra apazigua o confronto? A contradição, o confronto direto, os debatedores, não aparecem diretamente em nenhum dos textos, mas aparece enfaticamente que houve um debate. E a professora não explicitou isso.

Somente o pesquisador constatou pragmaticamente aquele confronto? Parece que da “aula-reunião” até o texto coletivo o confronto foi se desfazendo. Foi se apagando, deslizando. Por que teria acontecido tal deriva?

---

<sup>2</sup> Os textos citados estão no Projeto de Dissertação de Mestrado do mesmo autor.

Essa, no entanto, é apenas a primeira impressão. No jogo discursivo do próprio texto, entretanto, observamos as vozes em disputa, “debatendo”. Um olhar mais atento amplia as possibilidades daquele evento enunciativo e possibilita imaginar o nível de debate. Vamos discutir as possibilidades da disputa discursiva no seguimento deste trabalho.

O título toma a posição-sujeito da FD do aparato técnico-científico de “sanidade animal” de Estado, representada na reunião pela veterinária na expressão: “Projeto saúde animal”.

É importante observar que não houve uma introdução específica, do tipo que introduz o leitor no contexto. O texto vai direto para o contexto da aula-reunião nas expressões “durante a reunião... e falando sobre...”. Essas expressões caracterizam alguma coisa “acontecendo” num determinado tempo e lugar, não especificados. O advérbio de tempo como palavra introdutória (durante) e o verbo no gerúndio (falando) transmite esse “funcionamento”. Aqui o texto funciona como se o leitor já estivesse ciente do acontecido, está dentro do acontecimento. O texto relata um acontecimento para os seus mesmos participantes, não “visualiza” um leitor fora desse contexto. Apenas re-memoriza o acontecido. Os “leitores virtuais” (ORLANDI, 1996) são os próprios alunos. Esse é um procedimento típico da produção escolar: os alunos escrevem para eles mesmos e para a professora. Na escola, a escrita tem uma função interna: a avaliação.

Mas, como a professora (como redatora final do texto) não está sendo avaliada, esse texto funciona para além do espaço escolar. Há outros leitores virtuais? Há quem se destina esse gênero textual? Para qual espaço de circulação ele foi “pensado”?

O próprio título “Projeto saúde animal”, já caracteriza algo instituído, um projeto. É um projeto administrativo de Estado. Nesse caso, o texto toma o viés “educativo” do Estado. Ao ser esse e não outro, o título caracteriza um projeto institucional do Estado. Fala a voz do Estado. Se o título fosse, por exemplo, “Projeto saúde humana”, já deslocaria a discussão e os sentidos para outro campo de empoderamento e colocaria o saberes históricos dos alunos sobre o assunto. Poderia ser discutido, por exemplo, se são os enlatados ou os produtos agroecológicos os mais saudáveis para o ser humano. Mas, como o “projeto” já está instituído, só pode ser discutida a “saúde animal” ou a doença animal ou o transporte animal: tuberculose, brucelose, GTA etc. É isso que os técnicos vêm fazer na escola: conscientizar sobre a saúde animal. Nesse caso, o texto “amarra” pelo título, o principal tom da conversa. Mas ele retoma as vozes dos agricultores e “deixa pra lá” o principal assunto. Mesmo assim, não evidencia “todo” acontecido na reunião. Já que na nossa hipótese houve um debate por posições diferentes. Pragmaticamente, os textos têm necessidade de serem completos, mas nunca são. Sempre escapam para “além” deles mesmos.

No primeiro parágrafo o locutor caracteriza a “visita” e os principais visitantes: o promotor e a veterinária. E diz que a “conversa” sobre o projeto saúde animal teve o objetivo de “conscientizar os pequenos agricultores”. Ele identifica os “principais” sujeitos discursivos. Aqueles que detêm maior poder discursivo? O promotor, como autoridade do Estado, está sempre, em todos os textos, identificado. A função de Promotor tem forte apelo discursivo. Ou seja, o promotor tem poder significativo em nossa sociedade. A função da promotoria é fundamental para a manutenção do aparato técnico-jurídico do Estado. Conforme Althusser (2003), função dupla: de repressão e de reprodução ideológica.

Interessante observar que é a primeira vez, em relação aos outros textos, que a expressão “pequeno agricultor” ocorre. Ele não foi redigido por um agricultor. Será que os agricultores não se autodenominam como pequenos? Será que o olhar da professora em relação aos alunos é de “pequenos”? É uma atitude inconsciente? Os alunos como “pequenos” ou os agricultores mesmo?

O termo “visita”, marcado no texto, pode caracterizar aqui um sentido contraditório: enquanto a “conversa” entre o visitante e anfitrião deve (historicamente) ter “um tom” amistoso, o visitante tem a obrigação de “respeitar” o anfitrião. O sentido que pode ser “captado” dessa “estratégia discursiva” pode ser o seguinte: “você são visitantes”, “esse espaço é nosso”, “você estão visitando, devem ter cordialidade com a ‘nossa turma’”, “qualquer indisposição aqui pode ser um afronto à nossa ‘hospitalidade’”. Funciona como uma espécie de marcação territorial: “isso aqui tem dono”. A escola é o espaço da (nossa) turma e a turma está fortalecida com este espaço institucional. Aqui se confrontam duas instituições do Estado: a escola, específica para agricultores, e o aparato técnico-jurídico do Estado. Estão em confronto duas formas sujeitos: agricultores e técnicos e suas formações discursivas: o discurso tradicional dos agricultores confrontando com o discurso técnico-científico do Estado dentro de uma instituição estatal: a escola.

O locutor, ao identificar a posição-sujeito do promotor e da veterinária ligando ao objetivo de “conscientizar os pequenos agricultores”, coloca os agricultores em condições desiguais no confronto discursivo. Aos agricultores caberia a condição de seres “inconscientes” que necessitariam ser conscientizados.

Entretanto, no segundo parágrafo, na expressão “a turma questionou”, o texto muda da posição defensiva e parte para a ofensiva. Pelos menos coloca os indivíduos, “pequenos agricultores” em pé de igualdade com as autoridades técnica-jurídica do Estado. A “turma” tem mais autoridade que os pequenos agricultores? Fala da dificuldade de cumprir uma das exigências do Estado: a guia de transferência animal. O locutor modaliza, porém, essa posição, ao usar o verbo acreditar. Um verbo que mantém um caráter subjetivo no discurso. Acreditar faz parte da pretensão “liberdade de crenças individuais” na nossa sociedade. Esse caráter subjetivo e relativo é reforçado ao usar a expressão condicional “não haveria necessidade”. Uma expressão que condiciona a aceitação pela relação de poder dos sujeitos do discurso. A autoridade técnica-jurídica poderia contestar: “não haveria, mas há. Já que a lei determina isso e nós estamos a serviço do seu cumprimento.”

No terceiro parágrafo o texto mantém essa relação de jogo (debate) discursivo. Ao dizer que “os alunos ressaltaram a importância dos exames”, aceita um discurso-procedimental técnico-científico. “Ressaltando” essa aceitação. Mas, ao usar a adversativa porém, retoma a voz dos agricultores, discordando da posição-sujeito técnico-jurídico do Estado. E propõe que “deveria ter mais incentivo por parte do Estado e do município”. Aqui o texto assume um caráter reivindicativo. Define um sujeito político-jurídico, Estado<sup>3</sup> e município, em oposição a um sujeito coletivo “agricultura familiar”, bem demarcado como aquele que “possui até 50 cabeças de gado.” Os “exames gratuitos” é uma reivindicação bem específica aos produtores de gado: “os pecuaristas”. Não é mais a turma, o grupo, os alunos, agora se trata de um tipo de produtor em particular.

Ao nomear de várias maneiras os sujeitos discursivos (agricultores), parece que o locutor busca um equilíbrio para um sujeito que está em desigualdade no confronto discursivo. Aqui também pode estar sendo exercida “a força da norma”. Ao não repetir o nome do “grupo”, o locutor procura não se tornar cansativo. A cobrança para que os textos sejam objetivos e não-repetitivos faz parte do ensino das “normas textuais” da escola.

O locutor parte de “pequenos agricultores”, passa por turma, por grupo, por alunos, por pecuaristas e chega a uma generalização de todos “os agricultores” e conclui incluindo-se no sujeito discursivo nós “queremos ser valorizados”. Ou, na perspectiva da professora, ao tomar a voz dos agricultores: “eles, alunos-agricultores, querem se valorizados”...

---

<sup>3</sup> Estado aqui é concebido como ente federativo e, ao mesmo tempo, como instituição política social: O Estado e Governo de Santa Catarina e no mesmo sentido o Município.

No quarto parágrafo não assume nenhum sujeito gramatical. Na expressão “lembrando que...” apenas faz uma “constatação” de algo que não funciona bem dentro do Estado. Mas, toda “constatação” é sempre enunciado do ponto de vista de um sujeito discursivo. Os técnicos de Estado jamais fariam essa “constatação”. Nesse caso, essa “constatação” é da posição-sujeito alunos-agricultores. E acrescenta uma proposição condicional em que “poderia ser melhor”. E “que deveriam [técnicos, políticos, entes federativos etc.] ter mais atenção com os agricultores”. Ou seja, é uma posição-sujeito que propõe olhar para uma categoria profissional que tem pouca “visualidade social”. Faz também um apelo basicamente emocional ao evocar uma categoria até agora não utilizada, “os idosos”. O apelo moral para com os idosos tem uma forte ressonância na sociedade tipicamente cristã, como é caracterizada a nossa. É um forte argumento discursivo “a favor” de grupos desfavorecidos na sociedade. Agricultores e idosos estão em desvantagem na sociedade “capitalista competitiva”, que tem como discurso dominante a ciência e o aparato técnico-jurídico de Estado como poder.

O texto conclui com afirmação objetiva: “os agricultores encontram muita dificuldade” e dá como causa a “exigência e cobrança dos órgãos fiscalizadores”. Coloca o aparato técnico-jurídico como causa de uma “dificuldade de sobrevivência na propriedade.”

O texto parte de uma posição defensiva, vai caminhando em direção a “um apoderamento” dos agricultores, concluindo com “queremos ser valorizados”. Começa com um relato interno de um acontecimento enunciativo, nomeando os sujeitos dominantes politicamente, que “dão o tom” do discurso, quais sejam: os técnicos do aparato técnico-jurídico-científico de Estado. Inclui os agricultores na cena enunciativa, às vezes, de forma dispersa, nomeando o grupo de várias formas, mas relata com bastante ênfase a posição dos agricultores em relação aos técnicos. O discurso do aparato técnico-jurídico do Estado “dá o tom”, mas tem que ouvir também as “vozes dos agricultores”. Que busca fortalecimento no último parágrafo do texto: “Queremos ser valorizados...”

Esse texto tem uma forma de assinatura coletiva no rodapé: “Turma dos agricultores do projeto Terra e Água de Jaguaruna.” O sentido que essa “assinatura” transmite, pode funcionar como um manifesto coletivo. Essa assinatura exerce um caráter de legitimidade para esse dizer como constatação de que foi “a turma” que produziu esse texto. Mas também uma característica discursiva: essa turma que produziu esse texto, formulou e assim o fez dentro de uma determinada formação discursiva, produzindo e reproduzindo o discurso dos agricultores familiares, que “querem ser valorizados”.

“A turma dos agricultores” se apodera de um discurso “alternativo”, contra o discurso dominante do aparato técnico-científico do Estado. Ele expressa as contradições sociais, recolocando a disputa político-discursiva no interior dos Aparelhos Ideológicos do Estado através do uso da língua. Aqui, expressa-se a contradição no interior da administração do Estado. Os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam como um palco de negociação e de luta de classes. “Toda luta política das classes gira em torno do Estado. (ALTHUSSER, 2003, p. 65). Por isso, entre outras pistas, defendemos que esse texto exerce um caráter de “manifesto político”. Mesmo o texto dando a indicação que é para o “consumo interno”, circulação em sala de aula, funciona como manifesto de fortalecimento da categoria “agricultor familiar”.

#### 4. Conclusões

Pelo que foi exposto, entende-se que o texto analisado tem um funcionamento discursivo como elemento de “aglutinação de força” dos agricultores familiares. Funciona como se fosse um consenso do grupo em relação às suas forças internas e as forças externas. As forças internas referem-se às condições do dizer, no momento da formulação e as forças externas às condições sócio-históricas da constituição do discurso, relacionando-se à formação discursiva “agricultores familiares” em confronto com a formação discursiva dos técnicos de Estado.

Mesmo não sendo um texto do gênero político, já que foi produzido no contexto escolar, ele é atravessado pelo discurso político em forma de manifesto dos “agricultores familiares”. Essa característica, no nosso entendimento, é constituída pela situação imediata dos sujeitos como alunos e pela história de luta política dos sujeitos agricultores familiares.

Defende-se que há, no contexto e nos textos analisados, duas formações discursivas e duas formas-sujeitos em embate discursivo. Um discurso refere-se o dos agricultores familiares (FDy), organizado em torno de duas instituições: o Sindicato (SINTRAF- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e a escola; e, o outro, o discurso do Aparato técnico-jurídico do Estado (FDx) inserido também em duas instituições: a promotoria e os técnicos de vigilância da CIDASC. Segundo Orlandi,

As formações são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referências às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI *et al.* 2006, p. 17).

Compreende-se que o apagamento (ou deslizamento) pode ter ocorrido em função de que não se pode dizer tudo em qualquer lugar e de qualquer maneira. Nas palavras de Foucault (1996, p. 9), “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa.”

A luta pelo reconhecimento nacional dos agricultores familiares passa, necessariamente, por uma luta político-discursiva. A constituição legal da categoria “agricultura familiar”<sup>4</sup> é, assim, uma concretização de uma realidade a partir do uso língua como discurso. A partir da luta político-discursiva, a formação discursiva “agricultura familiar” é incluída no discurso oficial do Estado, através do seu aparato jurídico. Nesse sentido, defendemos a hipótese de que esse texto coletivo tem característica de *um manifesto político*.

#### Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed. São Paulo: Graal, 2003.  
FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins fontes, 2002.  
\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. 36ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.  
\_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. 3ª ed., São Paulo: Edições Loyla, 1996.  
MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

<sup>4</sup> A partir da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar passou a ser reconhecida oficialmente como categoria profissional.



**Anais do IX Encontro do CELSUL**  
**Palhoça, SC, out. 2010**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina**

- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Discurso & leitura*. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_; RODRIGUES, S. L. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Unicamp, 1997.